ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

FUNDO DE PREVIDENCIA E APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DE
MENDES
ATOS DO CONSELHO FISCAL RESOLUÇÃO Nº 001/2016

CONSELHO FISCAL
PREVIMENDES

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL DO
PREVIMENDES

O Conselho Fiscal do Fundo de Previdência e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Mendes/RJ – PREVIMENDES elaborou e aprovou seu REGIMENTO INTERNO, que faz publicar a seguir:

Art. 1º. O presente Regimento Interno regulamenta a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho Fiscal, como órgão superior de deliberação colegiada, incumbido de cumprir o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 37 da Lei Municipal Nº 1.531, de 05 de março de 2012, a saber:

§ 1º. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Fiscalizar a administração financeira e contábil do Fundo, podendo, para tal fim, requisitar perícias, examinar a escrituração e respectiva documentação;
- II. Dar parecer sobre balanços e prestações de contas anuais e balancetes mensais;
- III. Proceder à verificação de caixa, quando entender oportuno;
- IV. Atender às consultas e solicitações que lhe forem submetidas pelo Conselho Municipal de Previdência e pelo Prefeito Municipal;
- V. Examinar as prestações de contas dos servidores responsáveis por bens e valores do Fundo, opinando a respeito e
- VI. Comunicar por escrito ao Conselho Municipal de Previdência as deficiências e irregularidades encontradas no desempenho de suas atividades.

§ 2º. O funcionamento do Conselho Fiscal observará, além do disposto nesta Lei, o seu Regimento Interno, a ser aprovado pela maioria dos membros no exercício da titularidade daquele colegiado.

Art. 2º. Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

- I. Assinar os expedientes e correspondências remetidas pelo Pleno do Conselho;
- II. Representar o Conselho Fiscal junto aos órgãos municipais, aos filiados do PREVIMENDES, aos demais órgãos governamentais das três esferas de gestão, dos três poderes da União;
- III. Presidir as reuniões do Conselho;
- IV. Delegar atribuições aos membros de eventuais comissões, após aprovadas pelo Pleno;

Parágrafo Único – É vedado ao Presidente do Conselho Fiscal se manifestar publicamente ou deliberar unilateralmente sobre tema ou matéria que venha a ser alvo de discussão e deliberação pelo Pleno ou aquela que ainda não tenha sido decidida.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. O Conselho Fiscal é composto, nos termos do art. 37, incisos I e II da Lei 1.531 de 05 de março de 2012:

- I. Dois membros eleitos em Assembleia Geral organizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Mendes;
- II. Um membro eleito em Assembleia Geral organizada pela representação do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino no Município, dentre os servidores públicos efetivos ou estáveis associados àquela entidade.

§ 1º. Cada membro terá um suplente indicado pelo mesmo órgão.

§ 2º.A função de Conselheiro Fiscal, Titular ou Suplente, é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

DOS CONSELHEIROS

Art. 4º. É dever do Conselheiro Fiscal:

I. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias, quando no exercício da titularidade, e participar obrigatoriamente até o término das discussões e deliberações das matérias da Ordem do Dia, como previsto no inciso IV do Art. 10 deste Regimento;

a) Eventual solicitação de ausência antes deste momento será justificada no ato e submetida à aprovação do pleno, para efeitos de registro de presença;

b) Eventual necessidade de ausência da reunião será comunicada de imediato ao conselheiro suplente e, por escrito, com justificativa a ser submetida à aprovação do pleno;

II. Ser depositário fiel, para efeitos legais e administrativos, de processos administrativos, papéis, documentos e outros expedientes sob vista, para estudos ou pareceres;

III. Apresentar, dentro do prazo estabelecido, pareceres que lhe forem solicitados;

IV. discutir e deliberar sobre qualquer matéria relativa às atribuições do Conselho

V. Realizar os atos administrativos inerentes ao exercício do mandato de Conselheiro, tais como:

a) Requerer informações de ofício a qualquer órgão ou entidade, pública ou privada, que julgar necessárias ao cumprimento de suas atribuições ou a pedido da entidade que representa;

b) Expedir, de ofício, parecer, declaração ou outro expediente que julgar necessário ao esclarecimento ou elucidação de fato relativo ao seu mandato ou à entidade que representa.

VI. Desempenhar as atribuições para as quais foi designado pelo Pleno, delas não se escusando, exceto por motivo justificado, que será deliberado pelo Conselho;

VII. Participar de atividades de formação técnica deliberadas pelo Conselho Fiscal;

VIII. Comunicar ao Pleno, de ofício, todo e qualquer fato que vier a tomar conhecimento como irregularidade, relativo ao PREVIMENDES ou ao interesse dos servidores efetivos;

IX. Comunicar aos órgãos de Controle Externo, e demais que julgar necessários, fatos ou indícios de irregularidade ou ilegalidade praticados contra o PREVIMENDES, a seus órgãos ou ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mendes/RJ;

X. Cumprir este Regimento Interno.

DA VACÂNCIA

Art. 5º. A vacância do cargo de Conselheiro Titular se dará automaticamente por:

I. Falecimento;

II. Renúncia;

III. Ausência injustificada em três reuniões consecutivas ou quatro intercaladas no ano;

IV. Ausência justificada, mas reprovada pelo Pleno, em quatro reuniões consecutivas ou cinco intercaladas no ano;

§ 1º.Em caso de afastamento temporário ou impedimento, o Conselheiro Titular justificará a sua ausência às reuniões, por escrito, com antecedência mínima de 02 (dois) dias 48 horas, hipótese em que será substituído pelo seu suplente;

§ 2º.Se a ausência do Conselheiro vier a caracterizar falta de interesse, será extinto o seu mandato e, mediante convocação do Presidente do Conselho, o respectivo suplente assumirá em definitivo.

§ 3º.É permitida a presença dos Conselheiros Suplentes em todas as reuniões plenárias, nas quais poderão participar, sem direito a voto.

Art. 6º.O Conselho elegerá o seu Presidente, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida a sua reeleição uma única vez.

§ 1º.Em caso de afastamento temporário do Presidente, justificado e aprovado pelo Pleno, o Conselho Fiscal elegerá, dentre os demais Conselheiros, um membro para substituí-lo interinamente.

§ 2º.Em caso de ausência do Presidente, havendo o quórum regimental, poderá se instalar a Reunião Plenária, a critério dos presentes.

§ 3º.No caso de falecimento, renúncia ou qualquer hipótese que caracterize afastamento definitivo do Presidente, proceder-se-á a nova eleição, para cumprimento do restante do mandato.

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

Art. 7º- Os serviços administrativos do Conselho Fiscal serão cumpridos por um secretário que será designado pelo Diretor Presidente do PREVI MENDES e a quem competirá, entre outras, as seguintes atividades:

- I. Secretariar as reuniões do Conselho;
- II. Registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;
- III. Preparar a pauta das reuniões;
- IV. Recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;
- V. Distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;
- VI. Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;
- VII. Lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;
- VIII. Receber, preparar, expedir e controlar correspondências;
- IX. Providenciar os serviços de arquivo e documentação, entre outros.

DAS REUNIÕES

Art. 8º. Parágrafo único: A primeira reunião do Conselho Fiscal, após mudança do colegiado, será convocada pelo Conselho Municipal de Previdência do PREVIMENDES e as demais na forma de seu Regimento.

Art. 9º.O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, de acordo com calendário previamente estabelecido e aprovado pelo Pleno, e extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou requerimento da maioria simples dos Conselheiros Titulares, ambos fundamentados e subscritos.

§1º - A convocação para a reunião extraordinária será entregue no prazo de 72 (setenta e duas) horas anteriores à reunião.

§2º - A Diretoria Executiva poderá solicitar, por escrito e com justificativa, a convocação de reunião extraordinária, dirigida ao Presidente do Conselho Fiscal, que decidirá sobre sua oportunidade.

Art. 10.As Reuniões do Conselho Fiscal obedecerão à seguinte ordem de trabalhos:

- I** –Verificação do número de conselheiros presentes e aptos a votar;
- II** –Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III** –Comunicações do Presidente do Conselho;
- IV** –Conhecimento, discussão e deliberação de matérias, expedientes, processos e demais assuntos de interesse do Conselho;
- V** –Manifestação dos conselheiros;
- VI** –Convocação para a reunião subsequente e encerramento.

Art. 11.É ato administrativo do Conselho Fiscal, deliberar sobre assunto de sua competência, o qual, dependendo de sua relevância, será votado e veiculado por meio de resolução, que seguirá numeração anual a partir do número 1 (um).

Art. 12.A votação será nominal, com justificativa redigida pelo seu prolator e anexada ao respectivo termo de deliberação do Pleno, consignando-se o fato em ata.

DO “QUORUM”

Art. 13.A reunião do Conselho Fiscal poderá se instalar com a presença de 02 (dois) Conselheiros Titulares ou no exercício da titularidade.

Parágrafo único. Se a primeira chamada não alcançar o “quórum” estabelecido no “caput”, o Presidente fará outra, meia hora depois; persistindo a insuficiência de presenças para o início da reunião, o Presidente a cancelará designando-a para uma próxima data.

Art. 14. Somente pelo voto convergente de 02 (dois) dos Conselheiros aptos a votar deliberar-se-á sobre as matérias submetidas ao Conselho.

DAS ATAS

Art. 15. As reuniões serão registradas por dispositivo de vídeo ou áudio, pelo Conselho ou por quem interessar, e transcritas em ata, que será submetida à aprovação pelos Conselheiros em Reunião subsequente, assinada após sua aprovação e arquivada em pasta própria.

Parágrafo único. A Minuta da Ata será remetida aos Conselheiros por meio eletrônico, ou por cópia reprográfica quando solicitado.

Art. 16. A ata das reuniões do Conselho Fiscal mencionará:

- I** –o dia, o mês e o ano da reunião, a hora em que foi aberta, assim como o local em que foi realizada;
- II** –o número de ordem da reunião;
- III** –o nome do Presidente que presidiu os trabalhos e de quem secretariou os trabalhos;
- IV** –rol de conselheiros presentes;
- V** –registro de eventuais suplentes presentes;
- VI** –as comunicações do Presidente;
- VII** –matérias objeto de discussão ou deliberação;
- VIII** –manifestações de interesse dos conselheiros e seus votos.

Art. 17. A Ata APROVADA será publicada no sítio eletrônico reservado às publicações dos atos oficiais do poder executivo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

DAS COMISSÕES

Art. 18. É facultado ao Conselho Fiscal constituir comissões permanentes ou temporárias a fim de atender ao disposto no artigo 6º deste Regimento.

§ 1º As comissões serão compostas por 03 (três) Conselheiros, indicados pelo Pleno, podendo funcionar com a presença de 02 (dois) deles, com a participação dos suplentes interessados.

§ 2º A comissão será coordenada por um de seus membros, escolhido entre eles.

§ 3º O Conselheiro somente poderá eximir-se de participar da comissão mediante justificativa fundamentada aceita pelo Conselho.

DA MODIFICAÇÃO, SOLUÇÃO DE DÚVIDA E CASO OMISSO

Art. 19. A Proposta de Modificação deste Regimento será inserida na Ordem do Dia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da reunião em que será submetida à discussão e deliberação do Pleno;

Art. 19. A Proposta de Modificação deste Regimento será inserida na Ordem do Dia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da reunião em que será submetida à discussão e deliberação do Pleno;

Art. 20. A solução, tanto de dúvida surgida na aplicação dos dispositivos deste Regimento Interno quanto de caso omissis, será deliberada pelo Pleno, na reunião em que se apresentar, consubstanciada a decisão em Resolução e arquivada como Anexo ao Regimento Interno.

a) a) Caso a deliberação implique em modificação do Regimento Interno, a respectiva Proposta de Modificação será apresentada nos termos do Art. 19.

Art. 21. A deliberação que tratam os artigos 19 e 20 será conforme prevê o art.10 deste Regimento.

Art. 22. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovado em Reunião Plenária de 18 de março de 2016.

VERA LUCIA DO NASCIMENTO SOUZA

Presidente do Conselho Fiscal do PREVIMENDES

ESTE REGIMENTO FOI PUBLICADO NA ÍNTEGRA, SEM QUALQUER ALTERAÇÃO.

Publicado por:

Ligia Rabello Fontes Moura

Código Identificador:195607B2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro no dia 15/06/2016. Edição 1672

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/aemerj/>